

CONJUÍVE

CONSELHO NACIONAL DE JUVENTUDE



CONSELHOS EM REDE

UMA POLÍTICA DEPOIS DO FIM:

Recomeços para as PPJ no Brasil

Chegamos ao fim de um ciclo de políticas públicas de juventude. Completamos no ano passado dez anos do marco inicial dessas políticas no Brasil, que têm o seu início com a criação da Secretaria Nacional de Juventude (SNJ), do Conselho Nacional de Juventude e do Projovem (Lei 11.129/2005). Um processo que decorre de ações dos movimentos sociais, intelectuais e atuação/consultas ao parlamento. Nesse período de institucionalização, há momentos, políticas e programas importantes: expansão das universidades federais, criação do Prouni e implementação das cotas e com eles a expansão do acesso de jovens ao ensino superior, interiorização dos Institutos Federais de Educação Tecnológicas; criação de milhões de empregos com carteira assinada beneficiando a juventude; realização de três conferências nacionais; a atuação decisiva do CONJUVE na avaliação e formulação de projetos; a transversalidade do Plano Plurianual (PPA) articulando juventude com distintas áreas; planos como o Juventude Viva de redução da vulnerabilidade da juventude negra à violência; programas como o Estação Juventude; a aprovação de marcos legais, como a PEC da Juventude e o Estatuto

da Juventude, aprovado e sancionado em 2013; toda a mobilização para a manutenção de direitos, com a negação da redução da maioria penal; além do Identidade Jovem que garante o benefício da meia entrada cultural e meia passagem interestadual aos jovens beneficiários do CadÚnico, uma regulamentação do Estatuto.

O fim de um projeto está para além dos espaços de juventude no atual governo e pode ser sentido também em outras áreas. Estamos em um cenário de crise nos atuais paradigmas de desenvolvimento, diante de dilemas socioambientais profundos. Junto a essa realidade, há o agravamento da situação econômica mundial, que tem atingido em cheio as economias em desenvolvimento desde 2011. Além disso, a atual política econômica não tem conseguido apresentar saídas para a complexa realidade, um dos sintomas da fragilidade e esgotamento do programa político que conduziu o país a importantes avanços econômicos e sociais nestes últimos períodos. Essa política econômica proposta desde o ano passado inspira-se nas grandes corporações do capitalis-



mo financeirizado, com ajustes fiscais e toda a política de austeridade, que reduz direitos, inclusive a participação social no diálogo e reflexão sobre as saídas que serão assumidas pelo país ante a crise internacional do capitalismo em sua face neoliberal. Sem realizar as reformas estruturantes tão demandadas pelos movimentos sociais, o Governo tem ficado à mercê de todas as pressões do “mercado”.

Em decorrência desse caminho assumido, vimos a realização de uma “reforma administrativa” anunciada pela presidenta Dilma em 2015, que apresenta concepções de políticas de juventude distintas e contrárias àquelas de dez anos atrás. Algo decorrente de um projeto de Estado mínimo, com a fragilidade das pautas sociais e do diálogo com a sociedade. O que têm nos movimentos sociais – como aqueles presentes no CONJUVE – uma profunda resistência, articulada com desejos de aprofundar o projeto iniciado em 2003 de um Estado promotor de políticas de enfrentamento às desigualdades, e isso deve incluir as políticas transversais conduzidas pela SNJ.

Nessa conjuntura de desarticulação, há ainda as pressões periódicas da oposição que se rearticulou e que utiliza a operação “Lava Jato” da Polícia Federal, com tentativas de golpes diários para ameaçar e constranger o governo. Além das mobilizações permanentes da bancada ligada ao agronegócio, aos fundamentalismos religiosos e às armas, inimiga dos direitos conquistados e

dos avanços que poderíamos alcançar. Sem contar as pressões de parte da sociedade ligada a projetos neofascistas, que têm se expressado num aumento de manifestações racistas, machistas e LGBTfóbicas, de intolerância religiosa, de criminalização da política e dos movimentos sociais.

Mas o fim do atual projeto também é visto na dificuldade de diálogo do governo com os “novos sujeitos” que emergiram nos últimos anos no país, com as importantes políticas de inclusão e uma agenda emancipatória, que resultaram em uma maior presença de negras(os) na Universidade, a redução da pobreza e a distribuição de renda (embora isso seja diferente da redução da desigualdade) e o alargamento da classe trabalhadora. A fragilidade e esgotamento do projeto atual nos colocam ante a dificuldade de instaurar um novo período de mudanças que se mostre efetivo e feito a partir desses sujeitos que emergiram nos últimos anos. O desafio é fazer política ante a necessidade de aprendizagem com as estéticas libertárias, os novos modos de ocupar os espaços públicos, os outros jeitos de lidar com a institucionalidade, as outras formas de mudar o Brasil, vistas: nas primaveras feministas, nas ocupações das escolas em São Paulo e em Goiás, nas resistências pretas e faveladas, nas intervenções culturais e o midialivrismo. A saída não é a criminalização das emergências populares e um projeto de lei antiterror, mas o diálogo e a mudança radical dos rumos apresentados pelo Governo Dilma.

O fim é o princípio, dizem as velhas tradições. Dizer o fim de um ciclo de políticas públicas de juventude é reconhecer as múltiplas pressões na conjuntura e anunciar a incapacidade de virada política no atual projeto que conduz o país. Mas não apenas isso. Anunciar o fim é saber fazer rupturas e fazer novos começos. É assumir o esgotamento para iniciar novos nascimentos, na política e em nossos percursos pessoais e coletivos. Diante desse desafio estão diversos movimentos, redes, pessoas, organizações e o Conselho Nacional de Juventude. Como recriar caminhos e ensaiar projetos políticos para a Secretaria Nacional de Juventude, ante a ambiguidade do Estado, que de fato assumam a transversalidade e os “novos sujeitos”, com a construção coletiva entre as políticas para as mulheres, para a igualdade racial e para os direitos humanos?

A pergunta permanece e a tarefa de sua resposta e a construção de saídas é coletiva. Mas já há ensaios localizados, com diferentes formas de mudar e construir o Brasil ante as tensões e projetos de país. Ao ser ensaio, falamos de tentativas que caminham pela institucionalidade e não institucionalidade, pelas polifonias, pelas “poéticas públicas”, com novos inícios ante velhas coisas. Ao lembrar a 3ª Conferência Nacional de Juventude, recordamos o compromisso e a garantia da diversidade de expressões e identidades das(os) jovens em suas ambíguas e distintas trajetórias, no exercício de ouvir e aprender com “novos sujeitos”; a radicalização da participação, com paridade de gênero, proporcionalidade étnico-racial e a plataforma digital; a valorização e potencialização de iniciativas de redes e coletivos nos territórios; e uma disputa de imaginários sobre um Brasil livre dos racismos, da homo-lesbo-transfobia e do machismo. Um ensaio de novos começos que se juntam a construção do Identidade Jovem, que garan-

te a meia entrada cultural e esportiva para 18 milhões de jovens pobres em todo o território nacional, uma das maiores políticas sociais do governo para o próximo período, com a execução da Secretaria Nacional de Juventude. Sem contar no desafio de um novo começo que assuma a radicalidade e transversalidade das políticas públicas de juventude, ação que começa a ser ensaiada, mas exige muito mais fôlego.

Fazer nascimentos não é tarefa fácil, mas aceitamos o desafio: dançar sobre o fim, resistir aos projetos de retrocesso e diminuição de direitos e políticas sociais, enfrentar a bancada conservadora no Congresso, fazer a disputa de ideias e concepções na sociedade, e imaginar e construir outros rumos políticos, cotidianos e globais.

O HORIZONTE ESTÁ ABERTO!





AS MARCAS DA #3CONFJUV

DANIEL SOUZA

Integra a Rede Ecumênica da Juventude (REJU) e atualmente é presidente do Conselho Nacional de Juventude.

A decisão política do CONJUVE em colocar a #3ConfJuv como uma de suas pautas prioritárias, em 2015, foi mais que acertada. Em tempos de ajuste fiscal e fechamento de espaços para o diálogo, a realização de um processo de mobilização de 600 mil jovens por todo o Brasil – que contou com o importante apoio e trabalho da sociedade civil e de gestoras(es) municipais e estaduais de juventude em distintos lugares – foi um símbolo importante na disputa por um projeto político que garanta mais direitos.

A Conferência evidenciou os “novos” sujeitos que constroem espaços de participação e de poder. Quando olhamos de perto, vemos que: 70% das(os) credenciadas(os) eram jovens negras(os); toda a delegação da #3ConfJuv era com paridade de gênero, metade de mulheres cis/transgênero; e 30% das(os) delegadas(os) eleitas(os) por meio da Plataforma Digital. Além da significativa e potente etapa de Povos e Comunidades Tradicionais e a forte presença da juventude rural, de pessoas com deficiência e da população LGBT. O desafio diante de tantos rostos diferentes é implementar um novo ciclo de políticas com a referência inquietante desses diversos modos de viver, de amar, de construir processos e estéticas libertárias, em toda a sua ambiguidade e criatividade.

A #3ConfJuv não começou e se encerrou em si mesma, ela se integra ao amplo processo

de desejos e de afetos de resistência, que resultam na reinvenção de espaços urbanos e rurais. Por isso o CONJUVE se lançou – na condução política junto à SNJ – a construir uma #3ConfJuv que buscasse apresentar os diversos rostos que mudam o Brasil, para além da política do “ser a voz dos sem voz”. Foi feita uma opção: ouvir os ecos polifônicos, com a possibilidade de distintas e múltiplas vozes, em contraponto a monofonia, muito usual em determinados espaços de representação.

A Conferência optou por radicalizar processos democráticos, para além dos modos mais comuns de interação e tomada de decisões políticas. Na Etapa Nacional, existiram grupos de discussão e arenas que aumentaram a participação, com uma metodologia que, mesmo reajustada diante da estrutura e da tentativa de boicote da Conferência por parte do Governo do Distrito Federal e suas iniciativas de criminalização da juventude, foi inovadora. Junto a isso, também aconteceu o Manifesta – uma mostra cultural e científica, que levou mais de 200 artistas para Brasília, e reconheceu que são várias as linguagens e as possibilidades de atos e narrativas que mudam o país.

A #3ConfJuv terminou com a construção e revisão de propostas que se transformaram em subsídios para o Plano Nacional de Juventude. A definição de pautas políticas pela Sociedade Civil foi fundamental para a incidência e o encaminhamento de prioridades com foco nos eixos de participação, território e segurança. Dentre os temas: o enfrentamento à redução da maioria penal, a demarcação de terras de Povos e Comunidades Tradicionais e a reforma agrária e o Sistema Nacional de Juventude.

A Conferência, em toda a sua novidade, foi construída em um cenário adverso. Falamos de um contexto em que o Governo possui profundos limites para encaminhar um novo ciclo de mudanças e garantir o programa político eleito. Em decorrência disso, vivemos diante de um equivocado ajuste fiscal – criticado pelo CONJUVE desde o seu anúncio – que propôs “reestruturação administrativa” e que colocou a SNJ e o Conselho em um “não lugar” no Governo Federal. Algo que afetou diretamente a organização da Conferência, o que pôde ser sentido em falhas estruturais presentes na Etapa Nacional. Diante dessa conjuntura, é necessário construirmos pontes de diálogo entre movimentos, conselhos, redes, organizações e a SNJ para que seja possível a formação de uma frente ampla de fortalecimento das políticas públicas de juventude.

Por fim, a #3ConfJuv deixa importantes desafios: encaminhar, desde a transversalidade, as suas pautas prioritárias, num horizonte de elaboração do Plano Nacional; construir uma plataforma aberta de monitoramento das propostas da Conferência; iniciar um novo ciclo de políticas de juventude, com uma SNJ articulada com as secretarias de mulheres, igualdade racial e direitos humanos; e abrir um processo de renovação dos modos de atuação e participação do CONJUVE. Mas não só. A #3ConfJuv desafia a nós mesmas(os), em nossas trajetórias pessoais e coletivas, para mirar os “restos”, as insurreições e novidades que nos colocam para dentro e para fora de um modo mais institucional de fazer política, em negociações e rebeliões capazes de garantir a vida da juventude e fazer pulsar novos começos, novos nascimentos, em nós e na política.





O PRÉ-SAL É NOSSO!

IAGO MONTALVÃO

Diretor de relações institucionais da UNE e coordenador da Comissão de Parlamento do CONJUVE

Desde a criação da Petrobrás, com a campanha “O Petróleo é nosso” os estudantes e os movimentos populares foram fundamentais para a garantia de que a exploração dessa riqueza fosse garantida para a soberania do nosso país e para o povo Brasileiro. Hoje nos vemos novamente no front de batalha contra aqueles que sempre tentaram entregar nosso petróleo às empresas estrangeiras.

Se na década de 90 a Petrobrás ficou sob ameaça de privatização e perdeu muita capacidade, após 2003, com o governo Lula a Petrobrás passou a ter maiores investimentos e recuperou sua postura robusta, resultado disso foi a descoberta da maior reserva de petróleo da história do nosso País, no território marítimo muito abaixo do solo, numa camada chamada de “Pré-Sal”. Essa riqueza gerou uma mudança fundamental em 2010, a troca do regime de concessão pelo de par-

tilha, em que as empresas tem direito à partes na exploração dos campos, mas com a obrigatoriedade de 30% da participação da Petrobrás, além desta ser a operadora única.

A partir daí muita coisa mudou. Em 2013, após constantes mobilizações dos movimentos educacionais, com forte protagonismo da UNE e dos estudantes, conquistamos a garantia de que 50% do Fundo Social do petróleo (uma espécie de poupança criada pelo governo para reservar recursos advindos da exploração do mineral para fins sociais) e 75% dos Royalties do Pré Sal para a educação (uma taxa paga ao estado pelas empresas que exploram os campos de reserva mineral).

Entretanto, logo em seguida, com a exploração da Operação Lava Jato sobre supostos



casos de corrupção que envolveram a Petrobrás durante pelo menos as duas últimas décadas. São constantes as perseguições e desinformações da imprensa e de parcelas irresponsáveis da política brasileira, que não prezam pela punição dos responsáveis pelos atos de corrupção, mas pela degradação da imagem dessa empresa pública. Conjuga-se a isso uma outra falácia construída por esses setores de que a Petrobrás perdeu sua capacidade de investimento, exploração e produção por sua fragilidade frente à esse cenário de corrupção e crise internacional, especialmente no preço do barril do petróleo.

O mais recente ataque à nossa soberania veio do Senador José Serra com o PLS 131/2015 que tenta retirar a obrigatoriedade da Petrobrás como operadora exclusiva e com participação de 30% na exploração do Pré-Sal. Manter as regras atuais é garantir que tenhamos recursos para investir na nossa educação, garantir o Plano Nacional de Educação que nós conquistamos e acima de tudo é fazer com que essa riqueza incommensurável esteja nas mãos do povo brasileiro e que possamos atravessar essa crise mais fortalecidos e com um longo caminho de desenvolvimento à frente. Lutar em defesa da Petrobrás, é lutar em defesa do Brasil e nós não entregaremos nossas riquezas.

CONSELHO ESTADUAL DE JUVENTUDE – RS:

UM RELATO.

ROSSANA PRUX

Presidenta do Conselho Estadual de Juventude do Rio Grande do Sul.

O estado do Rio Grande do Sul, antes referência em participação popular, ainda em 2013 era um dos poucos estados em que não havia Conselho de Juventude instituído. Em meio as grandes mobilizações da juventude, e após quase dez anos de luta dos jovens gaúchos pela institucionalização das políticas públicas, o Conselho foi conquistado. Em meio as manifestações de milhares de jovens, que saíram as ruas para cobrar mais qualidade no transporte público, saúde, educação, o Conselho surgiu para ser mais um espaço de debate, formulação e uma ferramenta de luta e pressão da juventude gaúcha.

Desde o início, um de seus grandes objetivos foi a interiorização da sua atuação, levando o debate da política pública de juventude para todos os municípios do estado. Assim, foram realizadas diversas conversas com a sociedade civil e com o poder público em todos os cantos do estado visando a consolidação e a ampliação dos direitos desse segmento. Um passo importante para isso, foi o incentivo a criação de Conselhos Municipais de Juventude, empoderando e colocando o jovem como um sujeito de direitos. Nesse processo, enfrentamos diversas realidades, juventude do campo e da cidade. Sucessão rural. Violência contra jovens mulheres, população LGBT e negros e negras.

Realizamos uma grande Conferência, mesmo num cenário de ajuste, onde as políticas de direitos humanos acabam ficando para trás. A sociedade civil organizada se mobilizou e construiu a maior Conferência Estadual de Juventude. A juventude elegeu suas prioridades que guiarão as políticas nos próximos anos. Temos a tarefa de construir o Plano Estadual de Juventude, que abrigue políticas de participação, emancipação, que busque a permanência do jovem no campo, o fim do extermínio da juventude negra, o fim da violência contra as mulheres, qualificação do trabalho, assistência estudantil, etc.

Hoje, muitas conquistas estão ameaçadas. O Passe Livre Estudantil, o Bolsa Jovem Rural e a adesão ao Plano Juventude Viva. E a juventude continua sendo a mais atingida com a informalidade, com o desemprego e com a violência. Não permitiremos nenhum retrocesso! Conquistamos o Conselho Estadual de Juventude para conquistar cada vez mais.



JUVENTUDE E POLÍTICA INTERNACIONAL

A inserção de jovens nos espaços de participação e negociação internacional

ADRIELLE SALDANHA

Integrante do Instituto de Promoção e Estudos das Juventudes – IPEJ e Marcus Barão representa a Confederação Nacional de Jovens Empresários – CONAJE.

Promover os direitos das juventudes é um grande desafio frente à 1,8 bilhões de pessoas, a maior geração de pessoas jovens da história mundial. O Brasil possui cerca de 51,5 milhões de cidadãos com idade entre 15 e 29 anos, sendo o país com a maior população jovem de toda a América Latina e a 7ª maior população jovem do mundo.

Os números reforçam o potencial inédito de participação da juventude na promoção das transformações significativas e estruturais na sociedade, porém, infelizmente muitos jovens acabam impedidos de atingir seu potencial como agentes de mudança por estarem às margens da mesma sociedade nas mais diferentes perspectivas. Engajar e colocar os jovens como prioridades na construção e execução das políticas públicas é ter sucesso no cumprimento da agenda de desenvolvimento do país.

A participação de jovens nas tomadas de decisões é uma das áreas prioritárias da Agenda das Nações Unidas para o desenvolvimento sustentável, e falar sobre a importância da participação de jovens em espaços internacionais de decisão é democratizar os mecanismos de informação e funcionamento para o sucesso dessa agenda.

Com o papel primordial na sociedade atual de difundir cada vez mais, não só as boas práticas, mas também de se reconhecer frente à realidade em que se encontram. Identificar suas opiniões e demandas, além de suas características socioculturais, políticas e demográficas, revelando o panorama das condições de vida desse segmento da sociedade em nosso país, proporcionando assim a garantia de sua participação nos espaços de discussão e nos processos de tomada de decisão.

É preciso reconhecer os jovens como sujeitos de direitos e de políticas públicas, garantindo sua participação efetiva nos processos de decisão e negociação de direitos de interesse do desenvolvimento do país e de sua condição enquanto cidadão.

Ao criar subsídios que possibilitem maior acesso dos jovens ao conhecimento sobre sua participação nos mecanismos internacionais que tratam de temas de interesse dos mesmos, permite-se uma maior difusão dos espaços onde a pauta de juventude é tratada e onde o enfrentamento dos desafios atuais para o fortalecimento das políticas públicas de juventude ganha cada vez mais potencial.

Os jovens carregam consigo, além da vitalidade da construção de uma trajetória de vida, uma perspectiva única dos mais variados temas, não somente os relacionados ao seu desenvolvimento, mas também acrescentam nas discussões intergeracionais, diferentes perspectivas para o enfrentamento dos desafios para o fortalecimento de ações que findam por contribuir para o desenvolvimento do país.

Quando da inclusão do termo “jovem” na Constituição Brasileira através da PEC 65 e da aprovação do Estatuto da Juventude em 2013, o Conselho Nacional de Juventude, que em mais de uma década de existência, vem desempenhando um papel importantíssimo no processo de articulação e difusão dos direitos das juventudes no Brasil e servindo de inspiração para outros países no que tange ao protagonismo e a garantia de direitos tendo o jovem como ator principal dessa construção.

O Conselho Nacional de Juventude, através de seu Grupo de Trabalho em Relações Internacionais (GT RI/Conjuve), vem desenvolvendo parcerias com a Secretaria Nacional de Juventude (SNJ) e o Fundo de População das Nações Unidas (Unfpa) com o objetivo de potencializar cada vez mais a participação das juventudes nos espaços de negociações internacionais.

A parceria vem sendo construída a partir da troca de experiências inovadoras com o objetivo de empoderar os jovens no fortalecimento de parcerias que permitam sua participação efetiva nos espaços internacionais, pautados principalmente nos objetivos e diretrizes do Consenso de Montevideu sobre



População e Desenvolvimento e na busca pelo cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

Os desafios que afirmam que os jovens enfrentarão no futuro, na verdade já enfrentam no presente. E para permitir que os jovens possam enfrentar esses desafios de forma sustentável, é preciso realizar investimentos hoje para que amanhã possamos colher os frutos desse aporte de direitos que a população jovem precisa para contribuir com o desenvolvimento do país e assim garantir de maneira plena o desenvolvimento das novas agendas globais.

É fundamental que o Conselho Nacional de Juventude, por meio de seus conselheiros e organizações, bem como toda a juventude brasileira, acompanhe e monitore, de maneira a permitir que cada vez mais os jovens possam participar dos espaços estratégicos de negociação internacional, potencializando o lobby e advocacy com governos e demais setores envolvidos na busca do desenvolvimento de sociedades sustentáveis.

É preciso permitir que os jovens usem e, cada vez mais acompanhem os processos de negociação que nosso governo protagoniza, principalmente no que tange à Agenda de Desenvolvimento Sustentável (Agenda Pós 2015). É preciso garantir que as juventudes tenham suas demandas atendidas e respeitadas, que os jovens se sintam parte de um processo de decisão, e tenham ali depositadas as suas esperanças de um mundo mais justo, igualitário e que possam colaborar com a sustentabilidade e o crescimento de um país que afirma suas juventudes como principais sujeitos desse desenvolvimento.

É nesse contexto que o Grupo de Trabalho em Relações Internacionais do Conselho Nacional de Juventude (Conjuve) vem contribuindo para a criação, o fortalecimento, a integração de ações e mecanismos que visem, de forma democrática, participativa e transparente, a construção de políticas públicas de juventude que pautem as demandas dessa parcela da sociedade de maneira a potencializar o empoderamento desse segmento fundamental para o desenvolvimento, não só do Brasil, mas de toda uma América Latina sustentável.





REDE NACIONAL DE CONSELHOS DE JUVENTUDE

Articulação, Participação e Diversidade

CLAREANA CUNHA é da Direção Nacional do Coletivo O Estopim e Coordenadora da Comissão de Articulação e Diálogo/Conjuve.

JOÃO CARLOS DE PAULA é Assessor da União Marista do Brasil (UMBRASIL) e Coordenador da Comissão de Articulação e Diálogo/Conjuve.

A juventude brasileira é plural e diversa por suas várias características, e organiza-se através de coletivos, redes digitais, manifestações sociais e culturais, entre outras diversas ações que efetivam lutas para a defesa e formulação das Políticas Públicas de Juventude (PPJs), construindo seus direitos. Experiências que estimulam grupos e coletivos a fazerem parte das políticas de

participação social, como por exemplo os conselhos de juventude, observatórios, laboratórios e orçamentos participativos auxiliam na materialização e organização dessas demandas.

Com esse amplo escopo de pluralidade e diversidade, nasce a Rede Nacional de Conselhos de Juventude.



O principal objetivo da Rede Nacional de Conselhos de Juventude é potencializar a sua atuação visando fortalecer a articulação das políticas públicas de juventude no âmbito da sociedade civil, e fortalecer os mecanismos de articulação e envolvimento dos conselheiros e agentes de políticas públicas de juventude, na formulação e avaliação das PPJs.

A Rede Nacional de Conselhos de Juventude é uma iniciativa do Conjuve, coordenada pela Comissão de Articulação e Diálogo (CAD) que incorporou o resultado dos diálogos com Conselhos Estaduais e Municipais de juventude dos Encontros Nacional de Conselhos de Juventude. Os eventos contaram com a participação de mais de 270 conselheiros e se constituíram como um espaço de debate em nível nacional sobre os desafios da juventude. No II Encontro Nacional de Conselhos de Juventude, realizado em 2010, a partir do debate sobre a ampliação do envolvimento dos conselhos e conselheiros surgiu a Rede Nacional de Conselhos de Juventude.



Nesta gestão do Conjuve 2014|2016, a partir de muitos debates, pesquisas sobre o perfil da juventude brasileira e diálogos sobre como ampliar a participação com o auxílio do êxito obtido na 3confjuv, percebemos que com a juventude cada vez mais conectada e buscando novas formas de participação, é necessário aprimorarmos a proposta da Rede de Conselhos pela plataforma digital.

As formas de participação serão:

Virtual - A plataforma virtual da Rede de Conselhos será o ponto de encontro de conselheiros e conselheiras. Esse espaço terá conteúdos, notícias, agenda, documentos e experiências que poderão ajudar e fortalecer a atuação dos conselhos incentivar e qualificar a formação dos conselheiros e das conselheiras de juventude, estimulando a criação de novos conselhos de juventude.

Presencial - De forma complementar às ações à distância, a Rede de Conselhos se mobilizará por meio de encontros regionais e nacional, como forma de aprofundar o debate e manter vivas as relações e momentos formativos. A Rede Nacional de Conselhos de Juventude é e será do tamanho da nossa disponibilidade de trocar e aprender!

Queremos através da Rede Nacional de Conselhos de Juventude propiciar uma maior aproximação entre os Conselhos e demais Conselheiras/os e trabalhar em Rede, buscando soluções e implementando as Políticas Públicas de Juventude nas esferas de governo no Brasil. Este é o momento de avançar com a Rede Nacional de Conselhos de Juventude. Venha e faça parte!

MEDIR, AVALIAR E MONITORAR AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE JUVENTUDE NO BRASIL

DEDIANE SOUZA integra a ABGLT (Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais) e coordena a Comissão de Acompanhamento de Políticas e Programas (CAPP) do CONJUVE.

O Conselho Nacional de Juventude (CONJUVE), por meio da Comissão de Acompanhamento de Políticas e Programas (CAPP), iniciou em 2012 o processo de elaboração da matriz de monitoramento para avaliação de Políticas Públicas para a Juventude (PPJ). O objetivo da matriz é dar continuidade a qualificação do controle social realizado pelo CONJUVE e apresentar aos conselhos estaduais, municipais, movimentos de juventude e gestores públicos uma ferramenta para acompanhamento e monitoramento das políticas públicas.

Pensando nos desafios do campo das políticas públicas de juventude, em especial na avaliação e acompanhamento, o CONJUVE, via Secretaria Nacional de Juventude, firmou um termo de cooperação técnica com a Universidade Federal do Ceará – UFC, que iniciou a construção de um documento que se coloca como um marco importante no projeto de garantia de direitos, como o direito à participação. A Matriz busca medir os impactos das políticas em seus territórios,

idades, estados. Com uma abordagem desde múltiplas perspectivas, a matriz possibilita o levantamento de indicadores para garantir a avaliação dos impactos de políticas e programas na vida das juventudes.

O documento da matriz deverá detectar quais os problemas na implementação e execução das Políticas Públicas nos diferentes seguimentos das juventudes e quais são as dificuldades de elaboração de projetos e programas para este segmento. Assim, a matriz servirá como instrumento para que os(as) conselheiros(as) da sociedade civil, movimentos sociais e gestores de políticas possam perceber as lacunas nos programas e políticas implementadas para essa importante parcela da sociedade.

Com esses objetivos, a matriz apresentará 06 (seis) eixos e possíveis indicadores sociais para avaliação e monitoramento. São eles: educação de qualidade, melhoria dos serviços de saúde, políticas públicas de trabalho para juventude, cultura, esporte e lazer e juventude e autonomia e emancipação.



No processo de construção da matriz, que se encerra nesse ano, foi realizado um conjunto de atividades junto à comissão e à equipe responsável pela elaboração na Universidade. Com ela, o CONJUVE espera que este instrumento fortaleça o diálogo entre governo e sociedade civil potencializando, ainda mais, o controle social e avançando na elaboração, monitoramento e avaliação das Políticas Públicas de Juventude.

Mas a ideia de Matriz não se encerra em si mesma. Como horizontes de ações possíveis para o próximo período, a Matriz finalizada nesse ano, em parceria com a UFC, pode se juntar a uma outra experiência de monitoramento de políticas públicas. Na 3ª Conferência Nacional de Juventude, realizada em dezembro de 2015, uma das inovações foi a presença da Plataforma Digital, um aplica-

tivo em que cada pessoa apresentava propostas dentro dos eixos do Estatuto da Juventude. As 300 propostas com maior apoio foram enviadas para a Etapa Nacional da #3ConfJuv. Junto a isso, a Plataforma também elegeu 600 delegados que participaram da Etapa em Brasília. O desafio posto, agora, é fazer dessa Plataforma um espaço aperfeiçoado de monitoramento permanente das propostas aprovadas pela Conferência, especialmente aquelas elencadas como prioritárias, relacionadas aos eixos de segurança, território e participação. Esse é um desafio para o Conselho Nacional de Juventude e para Secretaria Nacional de Juventude.





PRIMAVERA FEMINISTA

O feminismo em todas as estações

CLAREANA CUNHA é da Direção Nacional do O Estopim (Coletivo Nacional de Juventude), coordenadora da Comissão de Articulação e Diálogo (CAD) e titular na cadeira de jovens feministas do CONJUVE.

As mulheres jovens seguem em luta diariamente, suportando longas jornadas de trabalho, ou no lar, sempre com papéis definidos pelo sistema. Tentando ascender nos meios sociais, ou combatendo o machismo diariamente, vendo na maioria das vezes suas pautas invisibilizadas. É uma luta antiga que acontece por ser jovem e conviver em uma sociedade opressora, patriarcal e de classes.

A primavera feminista é fruto de muita luta das mulheres. Quando o conservadorismo atinge de maneira tão intensa os direitos dessas jovens, em projetos como a PL 5069, que insiste em legislar mais sobre a vida dessas mesmas jovens mulheres, que sempre convivem com o medo e vêem naturalizadas cultura do estupro. Por meio dessa primavera feminista as jovens mulheres tiveram a chance de mostrar pra que vieram e como vieram, expor vários gritos não ouvi-

dos pela sociedade, expressos em diversas formas de luta, e que não se contentavam mais com flores no 8 de março. Mulheres que querem transformação cotidiana, construção de políticas públicas que beneficiem as mulheres e as jovens sejam elas quem for. Jovens que lutam pelo o direito ao nosso corpo, descriminalização do aborto, e para não mais seja naturalizado a violência física e psicológica das mulheres.

O feminismo transforma em todas as estações, é desse pulsar que a luta das mulheres tomou grande força em 2015, mas que nunca esteve adormecido dentro dos movimentos de mulheres na luta cotidiana contra o Patriarcado. Com o acirramento de uma pauta conservadora, que atinge apenas as mulheres na tentativa de naturalização de violências contra seus corpos, sem respeitar a diversidade e os direitos humanos, as jovens mulheres foram fio condutor, de uma



política de transformação no Brasil. Muito disso aconteceu por meio de novas formas de comunicação, como a internet, já que a grande mídia pouco tratava do assunto.

As campanhas como #MeuAmigoSecreto, #PrimaveradasMulheres, #MulheresContraCunha, mobilizaram de forma diferenciada as redes sociais, ao qual fizeram com que a pauta do feminismo atingisse proporções maiores do que os imaginados.

O Ano de 2015 foi marcado também pela Marcha das Mulheres Negras, a Marcha Mundial das Mulheres e a Marcha das Margaridas, marchas que mobilizaram milhares de mulheres do Brasil inteiro. Quando os ataques à vida e autonomia das mulheres são cotidianos inclusive por aqueles que deveriam cumprir o papel de representantes políticos do Congresso Nacional. No entanto, a atual conformação dessa arena conservadora característica similar a que o país vivenciou nos longos anos de ditadura militar e a ofensiva dos setores mais reacionários, representados na bancada BBB (Bala-Boi-Bíblia) tem afrontado a democracia. Infelizmente, estes supostos representantes, tais como Jair Bolsonaro (PP), Marco Feliciano (PSC), Roberto Freire (PPS), Alberto Fraga (DEM) e Eduardo Cunha (PMDB) têm explicitado em suas proposituras a incompatibilidade entre as necessidades do povo brasileiro e os seus

próprios interesses a serviço do grande capital, azeitado pela máquina do patriarcado. Torna-se evidente que existe um vácuo na representatividade política assim como tem sido insuficiente a participação das mulheres nos espaços de poder.

E 2016 não será diferente, quando o tema principal do 8 de março é a legalização do aborto, aborto esse que mata mulheres a cada minuto, pois mais de 850 mil mulheres fazem aborto no Brasil anualmente, ainda que a prática não seja legalizada. As mulheres e, sobretudo as jovens desejam legislar sobre o seu corpo, lutar contra violência sexual e ter seus direitos sexuais e reprodutivos garantidos, sabe-se que na maioria dos países aonde o aborto é legalizado o número de jovens mortas foi reduzido drasticamente.

A Primavera Feminista foi só o começo: o estopim. A nossa luta é pra que a partir de agora venham por ai diversos verões, outonos e invernos feministas. E a nossa luta segue por autonomia ao nosso corpo, por uma sociedade onde a igualdade de gênero seja finalmente conquistada. A nossa luta é acima de tudo: Pela vida das mulheres.

Legalizar o aborto. Direito ao nosso corpo! até que todas sejamos livres!

CONSELHO PRESENTE E DE LUTA

#MaisDireitosParaMudarBrasil

MORGANA BOOSTEL

Rede FALE Conselho Nacional de Juventude

Um Conselho de Direitos não pode se arrogar como o grande representante de seu segmento, mas deve ser um ambiente de integração de perspectivas, avanços na agenda e integração de vozes, que a partir da ampla articulação, concede força não a atores isolados, mas às agendas políticas que sejam centrais no debate. Certamente um conselho forte é aquele que não se limita a seu corpo de membros e traz para perto outros atores da sociedade civil e governos. Além disso, é imprescindível uma intensa mobilização nas agendas prioritárias do segmento. Sem tal articulação se perde força política e possibilidade de pressionar as autoridades para avanços necessários.

Diante desses desafios, durante sua 39ª Reunião Ordinária, o Conselho Nacional de Juventude, encorajado ainda pelo desafio de ampliar a mobilização para a 3ª Conferência Nacional de Juventude, resolveu colocar na rua a "I Caravana Nacional pelos Direitos das Juventudes", com o tema "Mais Direitos para mudar o Brasil". Ela surge como um esforço concentrado para promover a interação e troca de experiências entre movimentos, redes e coletivos juvenis para intensificar a incidência política, com foco na ampliação democrática, combate às opressões e mobilização e atuação na 3ª Conferência.

O desejo de realizar algo parecido era antigo no seio do Conjuve, e objetivava uma maior

presença do conselho nos territórios, aproximando conselhos estaduais, municipais, gestores e movimentos juvenis por meio da ampliação e fortalecimento da rede de conselhos de juventude, que pela atuação em conjunto pode vislumbrar ações integradas e coordenadas em defesa de todas as juventudes brasileiras. Conectar políticas nacionais com realidade local ainda é um grande desafio, fazer global sem perder de vista o local. Assim, territorializar o debate político se fazia um clamor, um debate centrado na experiência dos estados e municípios, e ainda mais, das juventudes, sujeitos e usuários das políticas.

Foram realizadas quatro edições da Caravana: Manaus (AM) – 25 e 26/05/2015; Campo Grande (MS) – 11 e 12/06/2015; Curitiba (PR) – 12 e 13/06/2015; Porto Alegre (RS) – 9 e 10/07/2015; São Paulo (SP) – 07 e 08/08/2015. Em todas contamos com expressiva participação dos movimentos juvenis e de atores governamentais. Foi um rico exercício de diálogo e participação. A pro-



posta inicial era realizar a caravana em pelo menos 10 cidades da federação, mas com os intensos cortes do orçamento do governo federal e os desafios emergentes da organização da 3ª Conferência fizeram com que as expectativas fossem reduzidas.

Um dos temas centrais no debate foi a firme posição das juventudes contra a Redução da Maioridade Penal, elevando um grito e reafirmando essa como uma das agendas prioritárias do Conjuve em 2015. Em Campo Grande (MS), foi realizado um debate com adolescentes em cumprimento de medida sócio educativa em regime fechado. Na oportunidade elas puderam apresentar um pouco sua trajetória, evidenciar a partir de suas experiências as debilidades do sistema, cobrando das autoridades presentes um maior engajamento nos serviços de socioeducação.

Na região Sul, em Curitiba (PR) e Porto Alegre (RS) se ouviu o grito de movimentos sociais, estudantes e conselheiros que reafirmaram a necessidade de serem ampliadas as políticas de educação, e que, definitivamente, reduzir a maioria penal seria uma ação equivocada para solucionar os problemas das juventudes.

Em Manaus (AM) o debate e integração entre os gestores de juventude foi o ponto forte. Na oportunidade a conferência começava

a ir para a rua e essa articulação foi central na realização desta em todo o estado. Em alguns dos estados foi realizado, durante a caravana, o lançamento oficial das Conferências Estaduais de Juventude.

Em São Paulo (SP), uma das ações foi no Centro Cultural São Paulo (CCJ), com a presença do GOG facilitando uma roda de diálogo sobre políticas de produção cultural e de combate ao genocídio da juventude negra. Outro ponto relevante foi a Conferência Livre de Comunicação, em que diversos coletivos da cidade se reuniram para debater e construir propostas para a #3ConfJuv. Ainda aconteceu no Instituto Pombas Urbanas (Cidade Tiradentes), no extremo leste da cidade, uma Conferência Livre sobre participação política da juventude nas periferias e as políticas culturais.

Como resultados desse processo, esperávamos que os conselhos estaduais e municipais fossem fortalecidos e pudessem atuar de forma mais integrada, aprofundando o intercâmbio em PPJ's entre os conselhos e os movimentos juvenis. Ademais de todos os desafios vivenciados para a realização da caravana logramos avançar esses resultados, e certamente essa iniciativa se apresenta como avanço de mobilização e organização das juventudes no Brasil. Deveria assim entrar definitivamente na agenda anual do Conselho!



A POLÍTICA DE CRIMINALIZAÇÃO DAS DROGAS NO BRASIL:

um projeto genocida contra o povo negro.

TAMARA TERSO é jornalista e secretária-executiva do Conselho Nacional de Juventude.

DUDU RIBEIRO é professor da Rede Pública de Ensino e coordenadora da Iniciativa Negra por Uma Nova Política sobre Drogas.

A partir da comparação entre os dados oficiais disponibilizados no Brasil e pesquisas recentes sobre violência, tráfico de drogas, encarceramento e homicídios registrados no Brasil e publicados em documentos da Secretaria Nacional de Juventude, Anistia Internacional, Human Rights Watch, Fórum Brasileiro de Segurança Pública, Mapa da Violência, ONU e no Sistema de Informação sobre Mortalidade (SIM)/Datusus, do Ministério da Saúde, podemos extrair uma realidade cruel e avassaladora para um projeto de desenvolvimento do Brasil: a juventude negra brasileira vive (e morre) sob uma condição análoga ao genocídio.

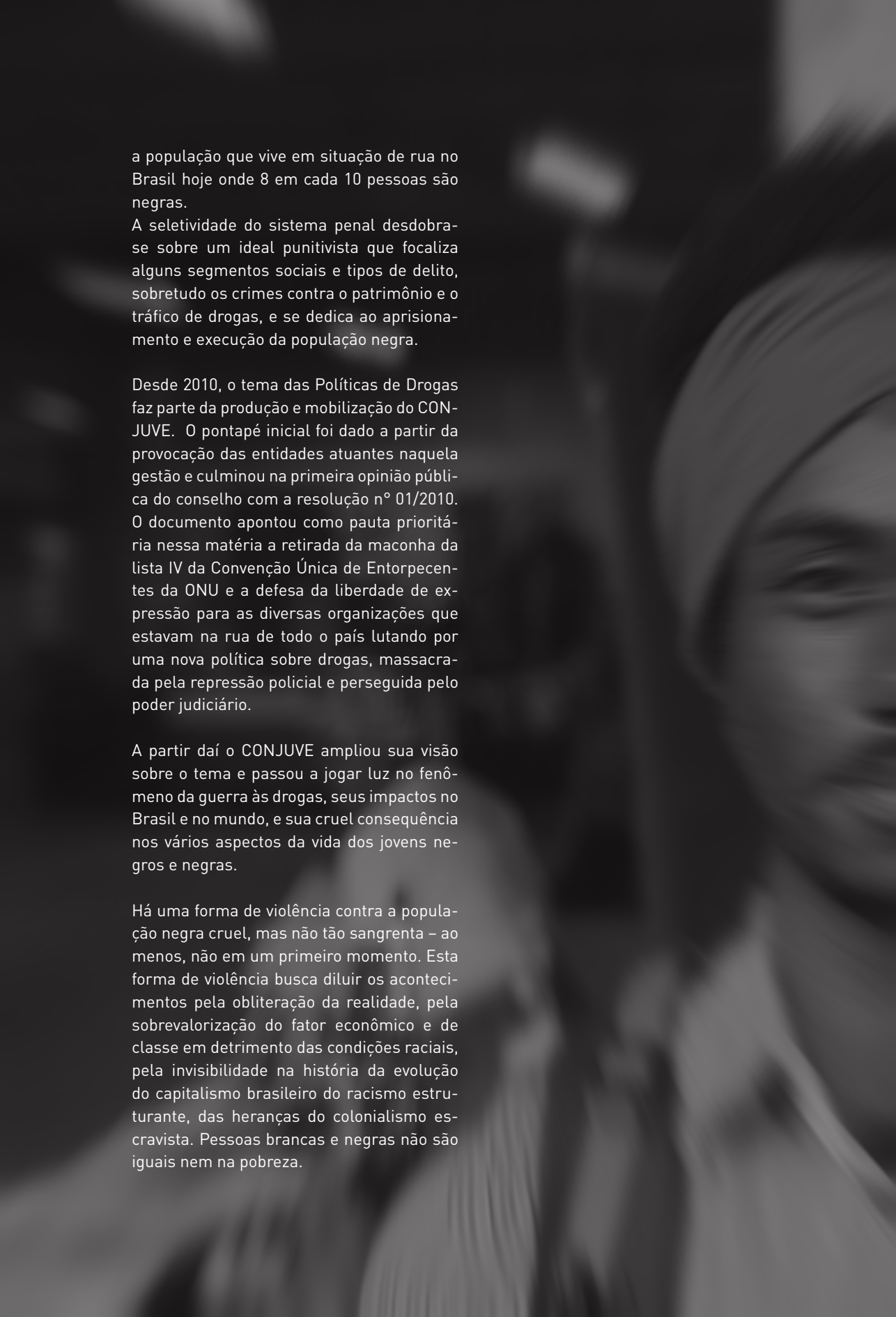
Nos últimos 35 anos, as mortes por armas de fogo entre os jovens cresceu próximo de 460%, sendo contabilizadas cerca de 1 milhão de mortes. Em 2012, foram registrados 56.337 destes homicídios, sendo que 24.882 destes mortos tinham entre 15 e 29 anos. 70% eram negros. Morreram vitimadas por

armas de fogo proporcionalmente 142% mais negros que brancos: aproximadamente duas vezes e meia mais.

Entre os anos de 2002 a 2011, ao passo que a participação de jovens brancos no total de homicídios no país decresceu de 36,7% para 22,8%, a de jovens negros se eleva de 63% para 76,9%.

No sistema prisional brasileiro o quadro é também dramático. Com cerca de 550 mil pessoas presas, segundo dados do Sistema Integrado de Informação Penitenciária (Infopen), os jovens representam 54,8% da população carcerária brasileira. Destes, cerca de 60% é negra. A população feminina cresceu 567% nos últimos quinze anos. Mais de 60% pela lei de drogas. Grande parte dessas jovens mulheres encarceradas não praticou nenhum crime violento, mas recebe penas altas. Cerca de 35% são condenadas de 4 a 8 anos, 45% em regime fechado.

Contribuindo para esse quadro perverso do racismo institucional brasileiro, observemos



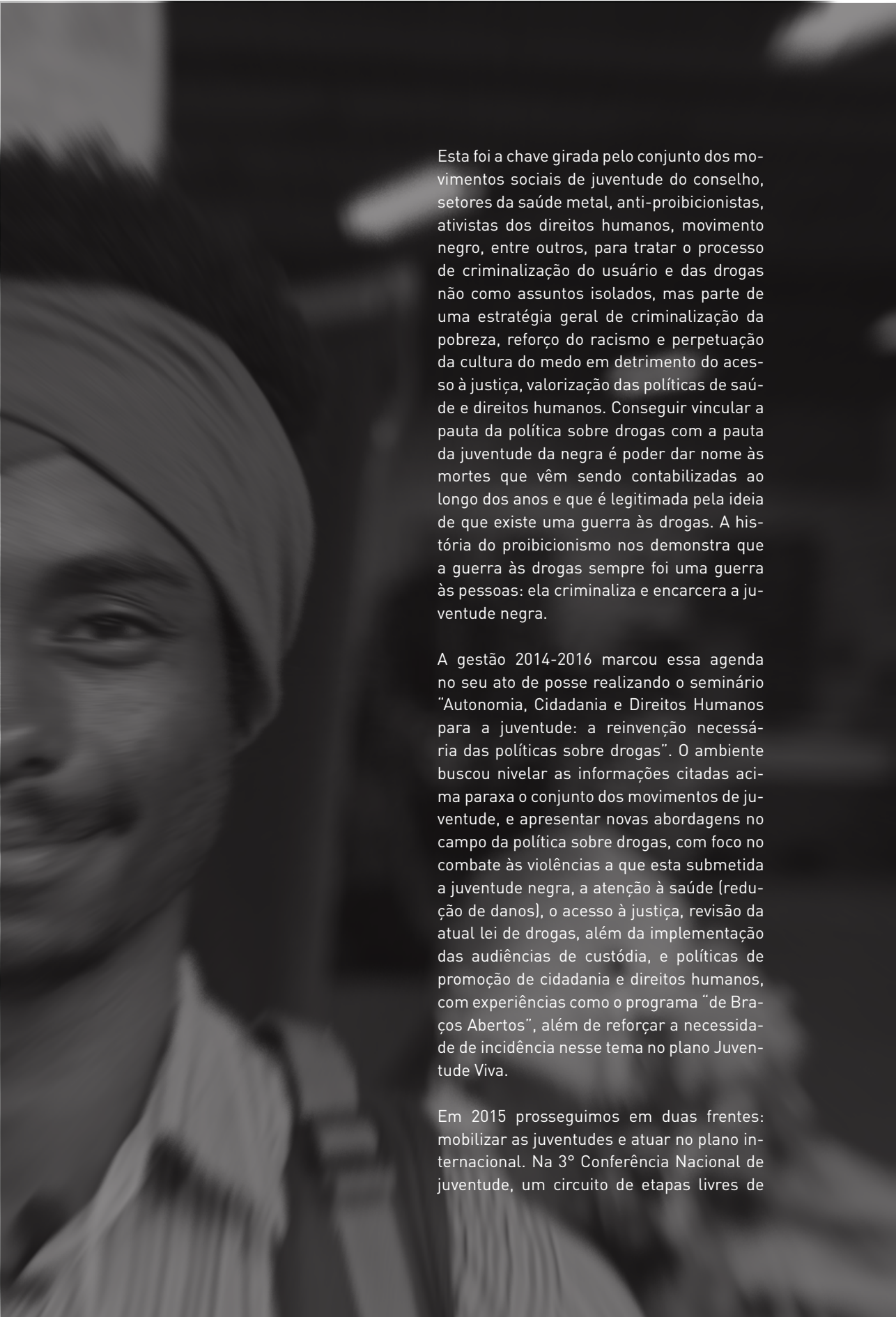
a população que vive em situação de rua no Brasil hoje onde 8 em cada 10 pessoas são negras.

A seletividade do sistema penal desdobra-se sobre um ideal punitivista que focaliza alguns segmentos sociais e tipos de delito, sobretudo os crimes contra o patrimônio e o tráfico de drogas, e se dedica ao aprisionamento e execução da população negra.

Desde 2010, o tema das Políticas de Drogas faz parte da produção e mobilização do CONJUVE. O pontapé inicial foi dado a partir da provocação das entidades atuantes naquela gestão e culminou na primeira opinião pública do conselho com a resolução nº 01/2010. O documento apontou como pauta prioritária nessa matéria a retirada da maconha da lista IV da Convenção Única de Entorpecentes da ONU e a defesa da liberdade de expressão para as diversas organizações que estavam na rua de todo o país lutando por uma nova política sobre drogas, massacrada pela repressão policial e perseguida pelo poder judiciário.

A partir daí o CONJUVE ampliou sua visão sobre o tema e passou a jogar luz no fenômeno da guerra às drogas, seus impactos no Brasil e no mundo, e sua cruel consequência nos vários aspectos da vida dos jovens negros e negras.

Há uma forma de violência contra a população negra cruel, mas não tão sangrenta – ao menos, não em um primeiro momento. Esta forma de violência busca diluir os acontecimentos pela obliteração da realidade, pela sobrevalorização do fator econômico e de classe em detrimento das condições raciais, pela invisibilidade na história da evolução do capitalismo brasileiro do racismo estruturante, das heranças do colonialismo escravista. Pessoas brancas e negras não são iguais nem na pobreza.



Esta foi a chave girada pelo conjunto dos movimentos sociais de juventude do conselho, setores da saúde mental, anti-proibicionistas, ativistas dos direitos humanos, movimento negro, entre outros, para tratar o processo de criminalização do usuário e das drogas não como assuntos isolados, mas parte de uma estratégia geral de criminalização da pobreza, reforço do racismo e perpetuação da cultura do medo em detrimento do acesso à justiça, valorização das políticas de saúde e direitos humanos. Conseguir vincular a pauta da política sobre drogas com a pauta da juventude da negra é poder dar nome às mortes que vêm sendo contabilizadas ao longo dos anos e que é legitimada pela ideia de que existe uma guerra às drogas. A história do proibicionismo nos demonstra que a guerra às drogas sempre foi uma guerra às pessoas: ela criminaliza e encarcera a juventude negra.

A gestão 2014-2016 marcou essa agenda no seu ato de posse realizando o seminário “Autonomia, Cidadania e Direitos Humanos para a juventude: a reinvenção necessária das políticas sobre drogas”. O ambiente buscou nivelar as informações citadas acima paraxa o conjunto dos movimentos de juventude, e apresentar novas abordagens no campo da política sobre drogas, com foco no combate às violências a que esta submetida a juventude negra, a atenção à saúde (redução de danos), o acesso à justiça, revisão da atual lei de drogas, além da implementação das audiências de custódia, e políticas de promoção de cidadania e direitos humanos, com experiências como o programa “de Braços Abertos”, além de reforçar a necessidade de incidência nesse tema no plano Juventude Viva.

Em 2015 prosseguimos em duas frentes: mobilizar as juventudes e atuar no plano internacional. Na 3ª Conferência Nacional de juventude, um circuito de etapas livres de

Juventude e Nova Política de Drogas, com atividades em Salvador e no Rio de Janeiro, apontaram para a etapa nacional um conjunto de diretrizes e propostas, contidas na Carta de Salvador - Juventude Brasileira e política de drogas: Nós por nós e no documento Propostas para uma nova política de drogas e juventude. No plano internacional, o CONJUVE tem atuado na articulação da sociedade civil para incidir na opinião do Brasil para a Assembleia Geral da ONU em 2016, que tratará da Política de Drogas. Há ainda um entendimento de um abismo entre a comemoração do Decênio dos Afrodescendentes da Organização das Nações Unidas, ou o alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, e a situação da população negra em várias partes do mundo vitimada pela guerra às drogas.

A Assembleia Geral da ONU (UNGASS) é uma janela histórica e uma oportunidade inédita para avaliar e apresentar propostas de superação dos atuais paradigmas da guerra. E para isso é fundamental fortalecer a participação de novas vozes que apresentarão para as delegações presentes as questões encaradas sobretudo pelos países produtores e/ou que estão na rota do comércio das substâncias tornadas ilícitas e que convivem em condições de extrema violência, com altos níveis de encarceramento e mortalidade, causada ou legitimada pela guerra às drogas, como é o caso de Brasil, México e Colômbia, por exemplo. São 56 mil mortes no Brasil e mais de 500 mil encarcerados, mais de 27 mil mortes no México e 14 mil na Colômbia.

A disputa de narrativas do Decênio dos Afrodescendentes, o sucesso do alcance dos ODS, assim como as da próxima quadra histórica na política sobre drogas no mundo, que tem início com as mobilizações para a UNGASS 2016 está em curso. As diversas organiza-

ções estão se mobilizando e precisamos acionar todas as questões a respeito desse tema e ajudar a posicionar agentes em disposição comum de fazer avançar. Criar as condições de ampliar as vozes daqueles e daquelas que sofrem a violência cotidiana, seja através da letalidade da guerra, seja pelas condições de insegurança, de estigma ou negação de direitos. Nesse escopo é fundamental trazer para a centralidade as questões raciais envolvidas nas políticas sobre drogas.



A QUEM SERVE A TIPIFICAÇÃO DO TERRORISMO

CARLA BUENO

Levante Popular da Juventude

A última campanha presidencial não foi um desafio simples, mas foi um processo bastante politizador para toda a esquerda. Polarizada entre Dilma e Aécio, recolocou o debate de projeto político na televisão de todos os brasileiros deste país. De um lado o estímulo a privatização, a criminalização dos movimentos sociais e o apontamento de saída neoliberal para a crise econômica. De outro o Partido dos Trabalhadores alicerçado nos movimentos sociais por um projeto de imposição das reformas estruturais e defesa da soberania nacional.

Foi nessa eleição que a força progressista organizada e difusa que ocupou as ruas em 2013 reativando o palco da luta de classes no Brasil, se posicionou ao lado de Dilma Rousseff. Vencemos. Porém, com uma votação apertada e com a inflamação golpista, os tucanos instalaram o terceiro turno no país. Capitaneados por Aécio Neves, com o dinheiro e a força da mídia burguesa, na cor da bamba, o atual governo resistiu à queda graças ao apoio da luta popular.

O ano de 2015 inteiro foi assim, os movimentos sociais e a esquerda unificada resistiram fortemente para barrar uma tentativa golpista no Brasil. O dia mais emblemático que vale a pena recordar foi o 16 de dezembro,

onde nas principais capitais do país a Frente Brasil Popular aliada a Frente Povo Sem Medo foi às ruas para denunciar o ajuste fiscal, pautar a saída de Eduardo Cunha da Câmara Federal e, especialmente, destacar que defenderíamos com unhas e dentes a frágil democracia brasileira: não haveria um outro golpe no Brasil. A manifestação foi um sucesso e fechamos o ano com fôlego, reativando a governabilidade da Presidenta Dilma.

Porém, no mesmo ano passado já havia um prenúncio intragável a toda a esquerda. Como criança que engole o choro, engavetamos uma contradição para colocar na ordem do dia a defesa de nossa frágil e recém democracia. Pasmem, a democracia estava sendo ameaçada pelo próprio governo, quando sob justificativa de retomar a confiança do capital internacional para investir no Brasil bem como se adequar às normas internacionais para sediar os jogos olímpicos, o governo impõe a necessidade de se tipificar o terrorismo em nosso país.

Oras, pergunto a você jovem leitor, o Brasil já viveu alguma ameaça interna de terrorismo? Houve algum ataque durante a Copa do Mundo, além dos 7 a 1 contra a Alemanha? Temos alguma facção criminosa ou estamos



sob risco do comando do Estado Islâmico? Apesar de o poder legislativo brasileiro ter dado mostras de risco a laicidade do Estado, me parece que não está colocada tal questão em nosso país. Portanto, qual seria a real motivação por trás de uma lei para “caracterizar” o terrorismo no Brasil?

Aqui peço permissão para uma abstração histórica, porém conveniente para refletirmos. O processo de colonização do Brasil construiu o que chamamos de identidade do povo brasileiro. Socialmente construído, a partir de séculos de regime escravocrata, bem como a marca histórica de décadas de regime militar, o povo brasileiro passou mais tempo de sua existência num regime de medo, do que num regime democrático. Somos um povo de valores, um povo trabalhador, mas muito sofrido, sem auto-estima, que é mais ameaçado pelo complexo de vira-latas, como diria Nelson Rodrigues do que por incidências terroristas.

Diante desse perfil social passivo que os movimentos sociais trabalham no sentido de colocar o povo como protagonista de sua história. A desobediência civil é necessária ao brasileiro para superar o medo. Junho de 2013 deflagrou um processo intenso que iniciou o resgate das ruas como um espaço importante na luta de classes do Brasil. Seguir resignificando as ruas como um espaço de exercício da democracia tem sido o desafio de toda a nossa sociedade.

É contra isso que esse projeto de lei já aprovado em todas as instâncias do congresso

legisla. Ele interfere diretamente no acúmulo do Estado Democrático de Direito, constrói um retrocesso no imaginário da juventude que ocupa escola, que marcha pela redução da tarifa, que faz escrachos, que se organiza e lutar por seus direitos.

A contradição que se instalou precisa de uma medida clara da presidenta, o veto. Alguém que já lutou nas trincheiras do lado da democracia não pode permitir essa afronta que abre margem para diferentes interpretações do que é terrorismo. Alguém que foi presa e torturada por um regime autoritário que classificava todos os lutadores do povo como terroristas não pode reprimir uma juventude que acabou de descobrir as ruas como o mais importante palco da luta de classes. A base social que elegeu Dilma não pode ser acusada de terrorista pela constituição que ela própria está sugerindo alterar.

Governar o Brasil não é tarefa fácil, temos plena noção da correlação de forças desfavorável que temos hoje, mas o pior cenário que prevíamos tem se concretizado. Dilma não vai perder o poder. Dilma vai seguir no poder, porém sob a tutela de forças neoliberais que vão aos poucos tirando os direitos do povo e ameaçando a nossa soberania, mas não foi essa mulher que escolhemos e a quem concedemos nosso voto. Esse retrocesso não pode cair na conta da esquerda brasileira. Dilma Rousseff precisa escolher: ou governa para o povo ou vai descobrir a força que o povo tem.

DIREITO NA MÃO DE QUEM TEM DIREITO

CARINA VITRAL

Presidenta da União Nacional dos Estudantes (UNE) e conselheira nacional de juventude.

“Você não sabia? A meia é a nova inteira e a inteira é o novo dobro.” Assim ocorre o diálogo entre a atendente de um cinema e um espectador que tenta comprar um ingresso. São dois personagens do vídeo “Meia”, do grupo de humor Porta dos Fundos, que revela a tragicomédia em que se transformou a meia-entrada nos últimos 15 anos.

A enxurrada de falsas “carteirinhas” e de falsos estudantes, a confusão de diferentes regras estaduais e municipais, o sobrepreço e até subterfúgios como a “meia para todas as categorias” pintam o quadro da desmoralização e banalização de um direito legítimo e fundamental para os estudantes.

A UNE (União Nacional dos Estudantes) batalhou por décadas pela criação dessa legislação e compreende que a cultura e o esporte são instrumentos essenciais de complementação da formação educacional, do desenvolvimento crítico e da cidadania da juventude.

Agora, o cenário começa a mudar com a aprovação e regulamentação da lei federal nº 12.933/2013, que passará a valer a partir de 1º de dezembro de 2015. Pela primeira vez, a meia será rígida por regras claras em

todo o território nacional.

A relação do movimento estudantil com a cultura tem marcos importantes desde os anos 1960, com o CPC (Centro Popular de Cultura) e o cinema novo. E se mantém até hoje, por meio da rede do Cuca (Circuito Universitário de Cultura e Arte) e bienais da UNE.

A ditadura militar tirou direitos e colocou na ilegalidade as entidades estudantis. Somente após a reorganização do movimento, nos anos 1980, começaram a surgir as leis de retomada da meia-entrada.

Entretanto, a perseguição não aconteceu somente no período ditatorial. Um grande retrocesso tomou a cena em 2001 com a medida provisória 2.208, uma clara tentativa de atacar o movimento estudantil. A medida permitiu a empresas e associações emitirem carteirinhas, alimentou uma verdadeira máfia no setor, mercantilizou um direito e golpeou diretamente as entidades representativas dos estudantes.

Produtores, artistas e estudantes passaram então a discutir a elaboração de novas regras para combater a confusão e a falta de

credibilidade no direito à meia. Fruto desse movimento, a nova lei pactua uma relação entre o setor cultural e a rede da economia da cultura.

Acabaram as falsas carteiras e os falsos estudantes. Agora, haverá um padrão nacional definido pelas entidades estudantis –UNE, UBES (União Brasileira dos Estudantes Secundaristas) e ANPG (Associação Nacional dos Pós-Graduandos)–, o que facilitará a fiscalização. O documento também será confeccionado pelas uniões estaduais e municipais, centros acadêmicos, diretórios acadêmicos e diretórios centrais dos estudantes.

Acabou também o argumento de que os eventos são caros por conta da confusão no acesso à meia. Estaremos vigilantes no cumprimento da reserva de pelo menos 40% de ingressos de meia-entrada por evento –antes a garantia era de 0%–, exigindo os relatórios que a própria lei nos assegura supervisionar.

A regulamentação do Estatuto também traz a garantia do direito à meia entrada cultural e esportiva e meia passagem interestadual

aos jovens beneficiários do CadÚnico, uma luta importante travada em 2013 pelo Conselho Nacional de Juventude. O Identidade Jovem garantirá que 18 milhões de jovens pobres em todo o território nacional tenham acesso a esse importante direito, uma das grandes políticas do governo federal, que será conduzida pela Secretaria Nacional de Juventude.

Com todas essas mudanças, os produtores culturais podem agora diminuir o valor total dos ingressos, como já anunciaram alguns representantes do setor que estimam redução de 20%. Lutaremos para que isso aconteça.

Dessa forma, a nova lei beneficiará a todos, estudantes e jovens beneficiários do CadÚnico, e incentivará também a formação de público ao promover nos mais jovens o interesse em frequentar espetáculos teatrais e de música, cinemas e estádios.

Cabe agora ao poder público e à sociedade civil fiscalizar o cumprimento da legislação em todo o país. Assim, ao retornar para as mãos de quem tem direito, a meia voltará a ser meia de verdade.

